

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE RODRIGUES MEDEIROS

UMA ÉTICA NORMATIVA EVOLUCIONÁRIA E MORAL: ENSAIO SOBRE A
TEORIA DE GEOFFREY HODGSON

CURITIBA

2015

FELIPE RODRIGUES MEDEIROS

UMA ÉTICA NORMATIVA EVOLUCIONÁRIA E MORAL: ENSAIO SOBRE A
TEORIA DE GEOFFREY HODGSON

Artigo apresentado como monografia no curso de
graduação em Ciências Econômicas, setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marco Antônio Ribas Cavaliere

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

FELIPE RODRIGUES MEDEIROS

UMA ÉTICA NORMATIVA EVOLUCIONÁRIA E MORAL: ENSAIO SOBRE A TEORIA DE GEOFFREY HODGSON

Artigo apresentado como monografia no curso de graduação em Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavaliere
Orientador

Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida

Curitiba, 3 de julho de 2015

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a nova formulação de ética normativa proposta por Geoffrey Hodgson. Sua crítica pretende superar o utilitarismo como ética normativa presente no *mainstream* do pensamento econômico. Na construção de seu argumento, Geoffrey Hodgson se apoia em diversas áreas de estudo e mostra, entretanto, que somos seres sociais, morais, e produtos da seleção natural. Para ele, o ser humano, assim como a moral, evolui ao longo do tempo e é muito mais do que uma mera máquina maximizadora de prazer, como o utilitarismo propõe. O resultado do trabalho é mostrar a incompletude do utilitarismo como base ética normativa para entender o comportamento humano e, portanto, como base para as ciências sociais.

Palavras-Chave: Ética normativa. Evolucionismo. Geoffrey Hodgson. Utilitarismo. Economia e ética.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 UTILITARISMO	5
2.1 JEREMY BENTHAM	6
2.2 JOHN STUART MILL	7
2.3 PETER SINGER.....	8
3 CRÍTICAS AO UTILITARISMO.....	9
4 GEOFFREY HODGSON: UMA ÉTICA NORMATIVA EVOLUCIONÁRIA.....	11
4.1 A EVOLUÇÃO HUMANA E A MORALIDADE	12
4.2 MORALIDADE E COOPERAÇÃO NO MUNDO DOS NEGÓCIOS.....	17
5 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Para a ortodoxia, ou mainstream, o agente econômico, base fundamental da construção de seu edifício teórico é, invariavelmente, adotado hipoteticamente como egoísta, ou de maneira mais sofisticada, utilitarista. Adotado como paradigma do comportamento humano, o utilitarismo – escola resultante de teorias, principalmente, de Jeremy Bentham e John Stuart Mill – é, porém, vulnerável a críticas. O avanço de áreas dentro da esfera acadêmica que exploram a maneira com que os agentes se comportam descortinam, então, evidências de que o utilitarismo, se sugerido como teorização de comportamento, não é tão verdadeiro quanto se propõe. As teorias que se respaldam sobre tal princípio, portanto, devem ser revisitadas.

Geoffrey Hodgson, autor de “From Pleasure Machines to Moral Communities”, é um obstinado adepto dos estudos da revisão do utilitarismo como teorização do agente econômico. Utilizando-se das teorias institucional e evolucionária, tanto quanto de argumentos e alicerces multidisciplinares advindos de áreas como biologia, antropologia, e filosofia, o autor, na obra citada acima, não somente crítica o utilitarismo, como também propõe um novo entendimento acerca do *homo economicus*. Mais do que isso, para além da concepção do agente econômico, Hodgson, nessa última obra, trabalha a questão ética do utilitarismo.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é tornar compreensíveis as críticas ao utilitarismo e apresentar a teoria formulada por Hodgson, assim como seus impactos na análise sobre o funcionamento da economia. Para tal, organizamos o artigo da seguinte maneira. A segunda seção se limita a expor a teoria do utilitarismo clássico e a sua vertente mais recente. A terceira seção aborda as diversas críticas ao utilitarismo. E a quarta seção, por fim, discorre sobre a teoria de Hodgson e suas implicações.

2 UTILITARISMO

Formalizado por Jeremy Bentham no final do século XVIII e revisitado por John Stuart Mill em meados do século seguinte, o utilitarismo é, senão a principal

ética normativa consequencialista/teleológica existente, certamente a representante mais importante dela na atualidade. Isso principalmente por causa da sua influência sobre as ciências sociais, em particular sobre a economia. De acordo com Julia Driver (2014), o utilitarismo nasceu da necessidade de uma filosofia moral que amparasse o desejo de ambos os autores, Bentham e Mill, por uma reforma nos âmbitos social e jurídico.

Com pilares consequencialistas, o utilitarismo se opõe à deontologia ao afirmar que o valor moral de uma ação reside somente em suas consequências: uma ação é moralmente correta apenas se aumentar o bem-estar social, medido pela diferença entre os benefícios e prejuízos produzidos à sociedade. Esses, por sua vez, são calculados em termos de prazer e dor, respectivamente, evidenciando o caráter hedonista da teoria utilitarista. Ao preocupar-se com a maior quantidade de bem-estar produzido para a maior quantidade de pessoas, o utilitarismo ressalta a neutralidade e a imparcialidade – a felicidade de cada indivíduo é contabilizada da mesma maneira e a capacidade de cada um de agir de maneira a gerar felicidade é a mesma. Para o utilitarismo, ainda, o indivíduo sempre persegue unicamente seus próprios interesses.

Ao se propor paradigma quanto à tomada de decisão, o utilitarismo se provou vulnerável a diversas críticas, objetos de posterior abordagem. Cabe agora, somente, destacar o papel dos utilitaristas clássicos e suas influências em Peter Singer, principal autor recente adepto do utilitarismo.

2.1 JEREMY BENTHAM (1748-1832)

Jurista de origem britânica, Jeremy Bentham era um laborioso entusiasta de reformas jurídica e social. Sua apresentação do utilitarismo – principalmente por meio da obra “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”, publicada em 1789 – retrata as ideias do filósofo em relação a como a legislação e as ações individuais devem estar fundamentadas. Como aponta Driver (2014), o crucial era o respeito ao princípio da utilidade, sintetizado por Bentham como a capacidade intrínseca de uma ação ou de um objeto de proporcionar felicidade ou infelicidade à sociedade.

Por felicidade ou infelicidade, entendem-se, nesta ordem, prazer e dor, os dois “senhores soberanos” da natureza humana e que ditam o rumo de todas as ações, segundo Bentham. Já o interesse da sociedade, por sua vez, é a soma dos interesses de seus membros, que devem se engajar para – descaracterizando o agente econômico clássico no tocante ao egoísmo, apesar de afirmar a predominância de situações no qual o interesse do indivíduo é posto em primeiro lugar – promover o bem-estar social. De acordo com o princípio da utilidade, portanto, uma ação só é moralmente correta se a soma de felicidade, ou prazeres, gerada na sociedade for maior que a soma de infelicidade, ou dores. Na ótica benthamiana, e a tipificando como consequencialista, não há ação certa ou errada por sua natureza, por sua intenção ou por sua motivação, somente em termos de suas consequências (Sinnott-Armstrong, 2011).

Há de se destacar as conclusões da teoria utilitarista de Bentham na esfera legislativa e de administração pública: uma lei só está em concordância com o princípio da utilidade se aumentar o bem-estar social. Portanto, o papel do governo é recompensar ou punir determinada ação com base na extensão do prazer ou da dor por ela proporcionada.

2.2 JOHN STUART MILL (1806-1873)

Como seguidor de Jeremy Bentham, John Stuart Mill era tão reformista social quanto ferrenho adepto do utilitarismo como ética normativa, e foi responsável por relevantes contribuições a essa escola. Mas, Mill difere de Bentham, principalmente, em relação à natureza da felicidade, David Brink (2014). Enquanto Bentham afirma que a única diferença entre todos os prazeres é quantitativa, Mill os ordena qualitativamente: prazeres sofisticados e complexos, como leitura de poesia, têm valor intrínseco melhor que prazeres simples ou produzidos por sensações físicas, como os sensuais – compartilhado com os animais e, assim sendo, inferiores.

Mill faz, também, ressalvas quanto à natureza humana. Para o filósofo-economista, além do senso de justiça, formado por impulsos naturais, existem sanções internas que podem influenciar a tomada de decisão associadas não

somente a ações individuais ou ao próprio bem-estar, como pena, remorso, e carinho pelos outros. Para Mill, é essa capacidade de ponderar sobre o senso de justiça e o bem-estar dos outros que dá força normativa às decisões (Brink, 2014).

Do ponto de vista social, e influenciado por Bentham, Mill ataca tradições resultantes de uma suposta ordem natural, como a proibição de voto feminino. O foco das legislações deve ser sempre a utilidade resultante. Na esfera governamental, o filósofo defende que o objetivo do Estado é prover os indivíduos da possibilidade de exercer e desenvolver suas próprias capacidades de alcançar formas superiores de felicidade. Essa liberdade individual, defendida pelo autor como a única via para atingir no longo prazo a felicidade – plena e máxima – deveria, portanto, ser respeitada a todo custo, já que indivíduos cujos desejos e impulsos não são formulados por conta própria são desprovidos de caráter.

De acordo com Fred Wilson (2014), sua crença de que a liberdade é o principal direito humano e um dos ingredientes da felicidade tem reflexos na análise sobre as instituições. Para Mill, elas devem se adaptar – temporalmente e geograficamente – e instigar não somente a liberdade individual, mas também agentes solidários.

2.3 PETER SINGER (1946)

Dentre os autores recentes, Peter Singer é o atual representante mais célebre do utilitarismo e reflete a tendência acadêmica atual de multidisciplinaridade ao extrapolar o utilitarismo para a esfera biológica e propor questões no campo de estudo da bioética.

Suas inflexíveis posições pessoais ligam-se intimamente com suas contribuições à escola utilitarista. O autor, declarado vegetariano e defensor dos direitos animais, defende nos artigos “Is Act-Utilitarianism Self-Defeating” (Singer, 1972) e “Utilitarianism and Vegetarianism” (Singer, 1980) uma expansão e aplicação mais rígida dos preceitos de neutralidade e imparcialidade por meio da incorporação do princípio da igualdade. No processo de tomada de decisão, deve-se considerar o interesse de todos os afetados – diretamente e indiretamente – e refutar o especifismo (*specifism*), doutrina que categoriza os seres humanos como a espécie

superior. Mill, portanto, ao elevar os prazeres unicamente humanos em detrimento daqueles que dividimos com animais, viola os princípios de neutralidade e imparcialidade à ótica de Singer.

Ao considerar todo e qualquer animal como capaz de sentir prazer e dor, o filósofo distancia-se de Bentham, que questiona a capacidade desses de sentirem dor.

Singer, em seu artigo “Ethics and Intuitions”, publicado em 2005, ainda ressalta que é fundamental ter um referencial moral para julgar as consequências das ações como benéficas ou nocivas; tal referencial é formado com base em instintos – transmitidos pela evolução natural, por meio de instituições culturais históricas, e formulados racionalmente (Singer, 2005).

3 CRÍTICAS AO UTILITARISMO

Segundo Hodgson (2013, p. 10), “*Economics remains largely an amoral science*”. E ela é, na opinião dele, por tomar o utilitarismo como paradigma quanto ao comportamento humano. O agente econômico utilitarista segue uma função de preferência imutável temporal e geograficamente e sem menção à interferência do ambiente social e natural, sobre a qual ele não tem poder. Maximizar o prazer e diminuir a dor, os dois supostos senhores soberanos à natureza humana, esses são os dados que fundamentam a construção de toda a ciência econômica. Hodgson (2013, p.23) afirma que o caráter hedonista do utilitarismo confina o agente exclusivamente à sua esfera econômica e o reduz a uma mera “máquina de prazeres” (*pleasure machine*).

Duas pessoas, portanto, de origens, épocas, e pertencentes a sociedades distintas, ao se depararem com igual situação, tomarão invariavelmente a mesma atitude, pois estão agindo de maneira a maximizar as utilidades líquidas e não têm sequer capacidade de deliberar de modo diferente sobre suas ações. São meros reféns de seus “senhores soberanos”. Entretanto, Hodgson (2013, p.7) afirma que o ser humano está interessado em fazer a coisa certa, mesmo que contra seu próprio interesse, e que isso não é puramente maximização de utilidade. É agir de acordo com um código social incorporado e compartilhado por outros, a moral.

Desse modo, para Hodgson (2013, p. 7-8), o ser humano é, acima de tudo, um ser social que evolui. Torna-se necessário questionar-se quanto às evoluções pelas quais esse ser já passou e pelas quais ainda vai passar. São as interações com os outros – e o contexto histórico no qual se dão – e as evoluções humanas que moldam o seu senso moral. Qualquer teoria sobre o comportamento humano que ignore tais fatores incorrerá em erros sistemáticos.

Além disso, o princípio da utilidade, ao ignorar a existência da moralidade e preocupar-se com a soma total das utilidades, não respeita os direitos individuais, segundo Michael Sandel (2009, p. 51) – autor do livro “Justiça – o que é fazer a coisa certa” –, e sanciona “a violação do que consideramos normas fundamentais da decência e do respeito no trato humano”. Estaria moralmente respaldado quem infligisse dor a uma única pessoa ao custo da felicidade de várias outras, à ótica do utilitarismo. (Sandel, 2009, p. 52). Sandel ratifica seu argumento com o exemplo da tortura. Em uma situação hipotética na qual uma bomba esteja para explodir e produzir dor a uma grande quantidade de pessoas, o cálculo utilitarista – cuja viabilidade também foi objeto de questionamento por Hodgson (2013, p. 91) e por Sandel (2009, p. 55) – apontaria em direção a defender a tortura do terrorista que soubesse onde a bomba estivesse: sua dor seria suprimida pela felicidade das outras. A tortura, porém, não é unanimidade entre os utilitaristas. Alguns adeptos defendem que pode ocorrer retaliação e haverá, portanto, redução da utilidade na sociedade, segundo Sandel. O autor afirma (2009, p. 53) que respaldar a negativa a tortura somente com base no cálculo utilitarista e não pelo fato notório de ser intrinsecamente errado é mais uma mostra de violação dos direitos humanos.

Essa falha do utilitarismo, segundo os críticos, é resultado não somente do fato de a variável moralidade não estar incorporada ao modelo – demais linear, diga-se – da ética normativa em questão, mas também por essa refutar qualquer argumento deontológico. Segundo a deontologia – de acordo com Larry Alexander e Michael Moore (2015) –, as ações são por si só moralmente corretas ou incorretas, alheias às suas consequências. A ética consequencialista, como tratado para determinar atitudes corretas ou incorretas a partir de suas consequências, ignora a principal engrenagem por trás de toda ação: a motivação moral para agir de determinada maneira. Até mesmo a tentativa de Mill de correção é insuficiente: o autor cede e assume que sanções internas – a moral, em outras palavras – podem

influenciar as nossas ações. Elas não só podem como sempre o fazem. Hodgson (2013, p. 67) realça que somos seres morais: são nossos valores éticos e crenças que ditarão como estamos tendentes a agir e objetivando o quê. A motivação é, portanto, tão importante quanto à consequência.

Sobre o trabalho de Mill, ainda, Sandel (2009, p. 66) faz ressalvas sobre sua natureza utilitarista: o apelo à liberdade individual como direito humano fundamental, formador de caráter, e responsável pela felicidade no longo prazo, está majoritariamente respaldado em argumentos morais, e não utilitaristas. Seu trabalho, portanto, estaria muito mais próximo de ser uma renúncia ao utilitarismo do que de ser uma reformulação desse.

Geoffrey Hodgson (2013, p. 6) parte desse arcabouço de hipóteses e série de análises sobre o utilitarismo – tão vulneráveis a críticas e questionamentos quanto o próprio utilitarismo – e formula sua teoria acerca do *homo economicus*. É relevante mencionar que não há um consenso, e provavelmente nunca haverá, sobre qual ética normativa é a correta, ou, dada a infinidade de argumentos, menos incorreta. Como assume Hodgson (2013, p. 17), “*Economics has mistakenly tried to fashion itself as an exact science*”.

4 GEOFFREY HODGSON: UMA ÉTICA NORMATIVA EVOLUCIONÁRIA

Autor de origem inglesa, editor chefe do *Journal of Institutional Economics* – periódico publicado pela Universidade de Cambridge –, diretor do *Group for Research in Organisational Evolution*, e secretário da *World Interdisciplinary Network for Institutional Research*, Geoffrey Hodgson têm, dentre suas várias honrarias, duas que retratam suas inclinações na esfera econômica: por seus trabalhos nas áreas correspondentes, foi o ganhador das edições de 2014 e 2012, respectivamente, dos prêmios *Schumpeter Prize* e *Veblen-Commons Award*.

Em sua obra, publicada em 2013 e de alto grau de multidisciplinaridade, o foco é não só a crítica ao *homo economicus* do *mainstream* – que vigora até hoje como arquétipo, apesar de estar mais vulnerável a questionamentos heterodoxos desde meados de 1980, com a evolução de campos como as economias

comportamental e experimental. Porém, ele (2013, p. 6) também propõe a elaboração de um agente econômico mais racional em bases mais consistentes do que o agente egoísta e obsoleto do utilitarismo, partindo, principalmente, de hipóteses institucionalistas e darwinistas.

Segundo o autor, não há – até então –, sequer um pensador ou escola de pensamento que tenha formulado teorias concretas e completas sobre o tema: Smith, apesar de fazer considerações sobre a influência da moral em diversos aspectos, defende o egoísmo como motor do crescimento econômico (Hodgson, 2013, 24-25). Malthus coaduna-se a Smith (Hodgson, 2013, p. 27). Nos trabalhos do marxismo e do pós-keynesianismo, assim como da escola institucionalista contemporânea e da escola austríaca, não há uma análise profunda sobre a moral (Hodgson, 2013, p. 9). Quanto à escola histórica alemã, apesar da ênfase no papel das motivações morais, não há a formulação de uma teoria que explique e incorpore o funcionamento das instituições (Hodgson, p. 9-10). E, por fim, Hodgson (2013, p. 10) afirma que Keynes assume a economia como uma ciência que obrigatoriamente deve ser moral, mas o impacto disso em seu trabalho é ínfimo.

Ao analisar as organizações e instituições a partir de uma ótica evolucionária e ao incorporar à sua teoria aspectos multidimensionais como honra, justiça, prestígio, dignidade, e evolução humana, Hodgson esquadrinha o comportamento não só econômico como também social, e formaliza a, supostamente, mais completa ética normativa.

4.1 A EVOLUÇÃO HUMANA E A MORALIDADE

Segundo Hogdson (p. 8), as teorias e conclusões de Darwin acerca da evolução humana só foram aceitas como verdadeiras pela comunidade de teóricos e pesquisadores um século após a publicação: tendo em vista o alto caráter religioso da sociedade e a autoridade da igreja na época da publicação, é de fácil entendimento o porquê, segundo Darwin (1874, p. 25).

Charles Darwin em “A Origem das Espécies” – publicado em 1859 originalmente como “On the Origin of Species by means of natural selection, or the

Preservation of Favoured Races in the struggle for life” – não se limita a somente explicar a origem das espécies, explica também os termos em que se dão suas evoluções, partindo de evidências que comprovam que as diversidades da fauna e da flora são resultados do processo constante de mutação e transfiguração dos genes; tal processo se dá em decorrência da luta pela vida (2014, p. 92). Segundo Darwin (2014, p. 92-93), esses genes são transmitidos de geração a geração por meio da seleção natural: processo de mapeamento e escolha dos genes que garantem maior adaptabilidade ao ambiente, e, assim sendo, maior chance de sobrevivência às espécies. Indivíduos – entenda-se por indivíduos seres vivos de qualquer espécie – com certas características vantajosas, portanto, estariam mais aptos a sobreviver e a repassar essas características por meio da reprodução, criando uma grande árvore da vida.

Não estaríamos nós, seres humanos, sujeitos à seleção natural? Darwin é enfático e categoricamente responde que sim: o princípio impera em toda e qualquer matéria viva (1874, p. 1). A evolução humana é discutida e provada em sua obra “The descent of man, and selection in relation to sex”, publicada em 1871.

Darwin foi o primeiro a perfilar a espécie humana como descendente de um comum ancestral primata. Segundo o autor, além das características físicas, traços mentais, sentimentos morais, e instintos sociais também são repassados geneticamente e, portanto, evoluem. (Darwin, 1874, p. 97-98).

Para Hodgson (2013, p. 9), nenhuma sociedade permanece coesa sem a existência de laços morais. Somos tanto seres sociais quanto morais (2013, p. 7). Uma esfera influencia a outra: a moral é determinada pelas relações sociais e pelas instituições – sistemas de regras que estruturam as relações sociais –, que, por sua vez, têm seus termos ditados pela moral. As relações sociais são fenômenos morais da mesma maneira que a moral é um fenômeno social. O entendimento sobre o funcionamento e a organização das sociedades não é inteiro sem que se considerem as motivações morais dos indivíduos, e como essas são sustentadas e replicadas pelas instituições (2013, p. 9). Segundo Hodgson (2013, p. 17), agir moralmente é mais do que uma questão de preferência – como o egoísmo pode ser entendido –, é agir de acordo a respeitar regras e reivindicações éticas que se aplicam tanto ao próprio indivíduo quanto a outras pessoas dessa sociedade.

É relevante mencionar, porém, que aceitar a moralidade não significa extinguir o egoísmo da face da Terra, ao mesmo tempo em que abandonar a ideia de um ser totalmente egoísta não é defender que todos são inteiramente virtuosos. As duas óticas coexistem para Hodgson (2013, p. 9).

De acordo com Hodgson (2013, p. 22), a ortodoxia tem ofuscado o entendimento sobre as relações sociais: durante o processo de socialização, aprendemos valores que compõem a moral, como altruísmo e cooperação, senso de justiça, e simpatia; o grau de aprendizado depende das circunstâncias culturais. Para o autor, é tão errado partir do princípio que toda sociedade possui uma cultura que favorece o aprendizado de tais valores morais, e que, portanto, estimula o altruísmo e a cooperação, quanto tomar as preferências individuais como dadas (2013, p. 75).

A formação da cultura social é gradual e está intimamente atrelada à seleção natural e a evolução humana. Na origem do homem, grupos de indivíduos que cooperassem entre si – para fins pacíficos ou bélicos – e que formassem julgamentos morais estariam mais próximos da sobrevivência. Segundo Darwin, pessoas egoístas não formam um grupo coeso, e grupos assim invariavelmente falham. Não há dúvida alguma de que um grupo com alto nível de fidelidade e que esteja sempre disposto a ajudar o próximo e se sacrificar pelo bem comum, seria o vitorioso frente aos demais, e o único a se reproduzir. (Darwin, 1874, p. 129-130).

Há para Hodgson (2013, p. 82), portanto, dois movimentos a serem pontuados: a seleção natural – que age de acordo com a coesão social – fez por garantir que indivíduos com genes favoráveis a cooperação e que agissem de acordo com certo tipo de moralidade fossem perpetuados, e tais indivíduos foram responsáveis pela manutenção de uma cultura social de cooperação ao longo do tempo e pela perpetuação do seu código moral. Segundo Hodgson (2013, p. 77), há estudos que comprovam a existência de um padrão mínimo e universal de moral que nos leva a agir de maneira similar em certas situações: tal fato deriva da evolução humana e da transmissão genética. O estupro é universalmente condenável e as punições variam de país para país, comprovando que as pessoas não o cometem por ser moralmente errado, independente de quão severa for a punição (2013, p.95).

A moral, portanto, reflete tanto o nosso pertencimento a sociedade quanto a evolução humana. Hodgson (2013, p. 90) propõe que a moralidade é inevitável,

envolve emoções e crenças, transcende convenções e consentimento às regras estabelecidas e tem como base a linguagem, a comunicação, e a deliberação. Sentimentos morais evoluem em bases genéticas, mas necessitam das relações sociais para serem expressos, a cultura é a instituição responsável por reforçar e garantir a expressão desses sentimentos, e o faz por meio um código moral (2013, p. 120). Por meio dos nossos genes, herdamos a capacidade e a tendência a fazer julgamentos sobre o que é moralmente certo ou errado, mas Hodgson (2013, p. 127) pontua que os genes não carregam a informação sobre o que é moralmente aceito. Isso é aprendido por meio das relações sociais e com as instituições, e depende do ambiente cultural e das circunstâncias contextuais. Para ele, o fato de todos aprenderem da mesma maneira leva a certa universalidade e rigidez da moral dentro do grupo (2013, p.130). Culturas diferentes, portanto, ensinam e reforçam moralidades, motivações morais, e julgamentos morais diferentes. De acordo com Hodgson (2013, 93-94), esse julgamento moral, por sua vez, reflete uma emoção de dever agir de maneira moralmente correta e pode, ou não, estar de acordo com as leis vigentes.

O sistema judiciário tem como seu sustentáculo a moral. Leis que não sejam legitimadas moralmente aos olhos dos cidadãos estão fadadas ao fracasso; e convenções que possuam imperativo moral são tendentes a virarem leis (Hodgson, 2013, p. 95-96). É necessário mencionar que regras morais não são válidas somente ao virarem leis: são válidas à medida que tantas pessoas creem nelas e as replicam em suas ações, pondo-as em um nível superior ao interesse próprio, como mostra o autor (2013, p. 96). A moral difere de sociedade a sociedade, e, portanto, regras morais válidas em determinada sociedade podem não serem válidas em outra. O princípio também é válido temporalmente: Hodgson assume (2013, p. 90) que a teoria de Darwin é correta ao afirmar que não há saltos na evolução humana – que se dá de maneira gradual no tempo –, e, assim sendo, uma regra que seja respaldada institucionalmente e socialmente não foi, necessariamente, sempre respaldada institucionalmente e socialmente, e nem mesmo sempre o será.

A própria relutância quanto a aceitar as teorias evolucionárias de Darwin é um exemplo da aplicação dos dois princípios. À data de publicação de suas obras, questionar a explicação divina da origem humana seria moralmente errado – e, inclusive, passível de morte em algumas sociedades. A supremacia da igreja como

única fonte de sabedoria era respaldada por regras morais. Apesar de a liberdade religiosa ter se espalhado tão intensamente horizontalmente e verticalmente pelo globo terrestre a ponto de ser moralmente correta a possibilidade de questionamento sobre a sequer existência de um ser divino, há sociedades nas quais o pertencimento e participação ativa em uma determinada religião é instituído por vias judiciárias e respaldado pela sociedade.

Segundo Hodgson (2013, p. 129), há cinco valores institucionais intrínsecos a qualquer cultura, e que, portanto, guiam o desenvolvimento de certas disposições universais a cerca da moralidade: preocupação em proteger os outros de qualquer dano; equidade, justiça, e reciprocidade; lealdade ao grupo; respeito pelas tradições e pela autoridade legitimada; e pureza. O autor afirma que apesar de invariavelmente seres morais, somos seres egoístas. É legítimo que a seleção natural selecione ao longo do tempo e reproduza continuamente determinados genes que corroborem sentimentos egoístas. A evolução sancionou instintos que ativam e suportam o desenvolvimento moral e também instintos correlatos ao egoísmo, como a ganância, a luxúria, a fome, e a autopreservação (2013, p 141-142).

A moralidade estabelece uma linha tênue entre o que é certo e o que é errado no qual todos os seres humanos invariavelmente se equilibram; em algum momento, para Hodgson (2013, p. 141) todos cedem e caem, mas inexoravelmente se levantam e voltam a se equilibrar. Atitudes egoístas não representam uma queda, talvez um obstáculo. O autor afirma (2013, p. 17) que não há um sentimento esmagador e soberano, não pode haver uma disputa entre uma visão positiva e negativa acerca da natureza humana. Somos seres sociais, culturais, morais, evolucionistas, e – Hodgson, moralmente correto, admite – egoístas.

Para Hodgson (2013, p. 22), deve ser abandonada a ênfase no indivíduo isolado na análise econômica, como o faz o individualismo metodológico. É inútil tentar explicar a economia sem embasamento algum sobre a natureza humana e as diversas esferas comportamentais acima descritas, que se estendem e adentram também no mundo dos contratos e dos negócios, onde o autor afirma (2013, p. 142) que continuamos sendo seres sociais, culturais, morais, evolucionistas, e egoístas.

4.2 MORALIDADE E COOPERAÇÃO NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Segundo Hodgson (2013, p. 144), o homem econômico “has been characterized as greedy or selfish. His sole ethical commitment is to himself and his own pleasure”. O autor pontua (2013, p. 144-145) que dentre muitos consagrados pensadores há a concordância de que o mundo dos negócios capitalista é uma arena amoral, que promove egoísmo e oportunismo, na qual a competição pelo lucro elimina a existência de qualquer sentimento ético.

Hogson assume (2013, p. 145) que o capitalismo não é o maior e mais nobre exemplo de sistema econômico de conquistas éticas, como altruísmo e cooperação: a busca pelo lucro infundável é a mais pura forma de ganância, o próprio consumo é um reflexo da difusão de sentimentos gananciosos. Já vimos, porém, que não há uma esfera da vida humana que seja amoral.

Estratégias são formuladas para buscar o tal lucro infundável, e as são com base em impulsos éticos e valores morais (2013, p. 145). Trabalhadores, para aumentar seus salários e, portanto, suas capacidades de consumir, buscam se destacar positivamente, respeitando os limites da moralidade. Segundo Hodgson (2013, p. 145), a competição, seja entre empresas ou entre trabalhadores, não extingue sentimentos morais. O capitalismo e a economia como um todo residem na confiança: ao trocar unidades monetárias por qualquer mercadoria, eu espero receber a mercadoria e faço isso com base na minha confiança sobre o mercador; da mesma maneira que o mercador espera receber as unidades monetárias ao abrir mão de sua mercadoria. A confiança é, senão, um sentimento moral. Os atos econômicos estão pautados por julgamentos e regras morais, de acordo com Hodgson (2013, p. 145).

Crítico de quase todas as escolas de pensamento econômico em se tratando de moralidade, Hodgson faz, acerca desse tema, a consideração de que há teóricos rumando pelo caminho correto. A escola histórica alemã pontuou que as atividades econômicas dos indivíduos não são guiadas somente por interesses próprios (Hodgson, 2013, p. 145). Marshall, Veblen, e Commons também adotaram uma visão mais moral sobre as motivações no mundo dos negócios (Hodgson, 2013, p.

145). E Schumpeter, por fim, defende que nenhuma sociedade que se guie exclusivamente pelo utilitarismo na formulação de seus contratos pode funcionar (Hodgson, 2013, p. 145-146).

A moralidade tem em seus requerimentos as relações sociais e a evolução da linguagem. Para o autor (2013, p. 146-147), os diálogos são onipresentes em qualquer relação social; valores éticos, como honestidade e sinceridade, e adequação a moral, são implícitos a qualquer forma de diálogo. Segundo Hodgson (2013, p. 146-147), o entendimento de Habermas sobre a comunicação é de que essa é o tipo de ação que visa alcançar certo nível de entendimento e de acordo. A formulação de um contrato – seja ele implícito, como em trocas rápidas entre duas partes, ou explícito, como em negócios complexos envolvendo bens mobiliários, por exemplo – envolve definição de compromissos e de relações monetárias, reconhecimento de direitos mútuos, e invoca princípios sobre direitos de propriedade, de acordo com Hodgson (2013, p. 147). Um contrato não se dá sem que haja comunicação e diálogo. Portanto, em toda relação econômica há, de maneira intrínseca, questões morais.

Um contrato, na ótica de Hodgson (2013, p. 147), até mesmo em sua égide do interesse próprio, continua sendo uma questão moral: o contrato supõe estabilidade, integridade, e confiança; um indivíduo, ao não honrar contratos, torna-se refém de sua fama. O próximo contratante, para se resguardar de uma possível nova quebra de contrato, pode impor condições que minem o interesse daquele indivíduo (Hodgson, 2013, p. 147-148). Já que não há um contrato padrão, a necessidade de diálogos e negociações diferentes em cada transação econômica torna-se um estímulo para manter atitudes que vão de encontro a moral.

Até mesmo as regras sobre funcionamento do sistema econômico são baseadas em valores morais (Hodgson, 2013, p. 147). É equivocado, porém, afirmar que não há agentes imorais. É reconhecida a existência de desonestidade e ocultação de informação, e é por isso que há certas ferramentas para proteção, como seguros (Hodgson, 2013, p. 147-148). Dada à incerteza e complexidade do mundo dos negócios, não é possível que um contrato considere todas as possíveis eventualidades. A reputação que cada agente carrega, assim sendo, é fundamental, segundo Hodgson (2013, p. 149) na esfera econômica e moldada com bases históricas tentando minimizar a incerteza sobre futuras atitudes.

O agente utilitarista teria a pior reputação possível: visando sempre seu próprio interesse, estaria constantemente tentado a não honrar os contratos que estabelecesse e a mentir durante as negociações. Tendo em vista que os contratos presumem intenções honestas e a importância do comércio na formação de sociedades, não é de espantar, segundo Hodgson (2013, p.148), a exaltação da honestidade por diversas culturas como virtude a ser sempre alcançada e a desaprovação da mentira, até mesmo a proibição de tal ato em certas religiões.

A religião, como poderosa instituição que sempre foi, contribuiu intensamente para a formação do caráter e da cultura em todas as sociedades já existentes. Ao ser uma instituição que chancela a expressão de determinada moral, acaba por determinar certos padrões de comportamento, e, portanto, nossa identidade, segundo Hodgson (2013, p.148-149).

Ele (2013, p.150) afirma que há estudos que mostram que nossa identidade mantém-se predominantemente inalterada ao adentrarmos ao mundo competitivo do capitalismo como trabalhadores. Contrariando o *mainstream*, o autor (2013, p. 151) afirma que não há somente incentivos individuais, há motivações mais complexas, como o fato de “fazer a coisa certa”, gostar do trabalho, e a reputação perante os colegas. A empresa deve criar laços de cooperação entre os funcionários, já que estes aumentam a produtividade por meio de troca de conhecimentos. É esse senso de comunidade e identificação com as outras pessoas e com a firma que formula valores e cria uma cultura empresarial (Hodgson, 2013, p. 154). A firma não é, portanto, um mero agente amparado e garantido por normas jurídicas a fim de reduzir os seus custos. Nicolai Foss (1996, citado por Hodgson, 2013, p. 161) defende que: “*firms existe because they can more efficiently coordinate collective learning process than market organization is able to*”.

É evidente que a economia é, portanto, um ambiente moral e de cooperação. Apesar disso, atos de corrupção existem e, segundo Hodgson (2013, p. 167-168), vão à contra mão do desempenho econômico.

Especially in the context of bureaucracy and underdevelopment, corruption may seem to be the only way to get things done. But it also has Strong institutional and moral externalities. The pooled evidence shows that it stultifies effective economic competition, undermines investment, inhibits the rule of law, undermines effective state administration, and promotes political instability. (HODGSON, 2013, p. 167-168).

O autor é extremamente crítico a definições de corrupção que a confinam somente a esfera pública e o é por considerar as diversas evidências e fatos de corrupção no setor privado (Hodgson, 2013, p. 168). Além disso, ele (2013, p. 172) questiona a fronteira entre os setores privado e público, tendo em vista as empresas nas quais o governo é sócio, de alguma maneira, e fundações que dependem de financiamentos públicos. Apesar de ser possível delimitar de maneira mais precisa os dois setores, não é importante para Hodgson, que defende (2013, p. 173) que a corrupção é sempre um ato prejudicial à economia independente da esfera em que ocorra.

Sandel (2009, p. 165-166) minuciosamente analisa a teoria de Kant acerca da mentira: não se deve mentir para não perder a referência do que é verdade. Da mesma maneira, a corrupção quebra regras, mina a confiança, enfraquece regras morais e legais, e se propaga facilmente, como a mentira (Hodgson, 2013, p. 173).

Segundo Hodgson (2013, p.176-177), a ideia utilitarista de que corrupção envolve sempre ganhos pessoais é incorreta: o autor assume a existência de atos de “corrupção por força maior”; aqueles que, apesar de imorais, visam fins morais, como suborno em Estados repressores e nacionalistas para que oficiais do exército não executem indivíduos de determinadas raças que não atendam a seus desejos.

Para definir corrupção, Hodgson (2013, p. 178) afirma que é importante estudar a influência das instituições: as relações sociais se dão com base nas regras morais ditadas e reforçadas pelas instituições. A corrupção envolve um padrão de ações que se dão de maneiras repetidas: os hábitos (2013, p. 178). As instituições e suas estruturas de comportamento são constituídas por hábitos e incentivam a aceitação de regras morais, transmitidas socialmente (2013, p. 178-179). A corrupção não atinge somente a esfera social, portanto. Ao aderir a determinadas regras sociais, segundo Hodgson (2013, p. 179), – e, dessa maneira, a certas instituições –, é criado um compromisso moral com os valores éticos a elas associados. Esse compromisso pode se dar em conformidade a alguma lei vigente, ou não, conforme já mencionado.

Para Hodgson (2013, p. 179-180) corrupção não é uma questão de seguir um sistema de leis, mas de estar em compatibilidade com as regras morais. Hodgson (2013, p. 182) a define como uma quebra consciente de ao menos uma

regra ética por parte de um agente imerso em uma organização, após persuasão por outro agente. Ambos os agentes conhecem a regra a ser violada, e o ato só é de corrupção se houver conluio e essa regra estiver alinhada aos objetivos da organização. O ato corruptivo está relacionado a e enfraquece e mina a capacidade da organização de alcançar seus objetivos, perturba o funcionamento da organização e a possibilidade de usufruir e dispor de seus ativos (Hodgson, 2013, p. 184).

A relação entre moralidade e atos de corrupção é evidente e de ordem não proporcional: quanto maior o grau de corrupção, menor a força das instituições para replicar e aplicar suas normativas morais nessa sociedade. A moralidade, porém, sempre se faz presente no mundo dos negócios por meio dos contratos, negociações, e diálogos. Não há qualquer transação econômica que não envolva relações morais e um arcabouço de normas éticas repassadas culturalmente e adquiridas geneticamente por meio da evolução humana e da seleção natural. De acordo com Hodgson (2013, p. 19), esses fatos, porém, não podem ser incorporados a qualquer modelo matemático do *mainstream* econômico, por mais complexo e, supostamente, completo que esse seja.

5 CONCLUSÃO

Conforme objetivo previamente traçado, foram apresentadas as ideias envolvidas no utilitarismo clássico e sua vertente atual mais relevante teorizada por Peter Singer; as críticas a essa escola de pensamento – na ótica de Michael Sandel e de Geoffrey Hodgson; e a teoria desse acerca da natureza e do comportamento do ser humano.

São nítidos os aspectos falhos do utilitarismo: não se pode explicar qualquer fenômeno em termos de um indivíduo isolado e sem considerações sobre a moralidade. Somos seres sociais e morais, e foi comprovado que a economia utilitarista, ao não analisar as relações sociais e ignorar a existência da moral, é, como defende Hodgson (2013, p. 20), “blinkered, misconceived, and potentially destructive”.

Evidenciou-se também a necessidade de questionamentos e considerações a cerca da evolução humana: somos seres evolucionistas e gradualmente evoluímos no tempo. Essa mutabilidade se dá pela seleção natural, como demonstrado por Darwin, e não é só física; a moralidade, assim como outros traços mentais, evolui ao longo do tempo e influencia instituições e relações sociais na mesma medida que é influenciada por elas.

A natureza humana extrapola aspectos sociais e adentra ao mundo dos negócios: os julgamentos e as motivações morais não se dão somente à égide de relações sociais. Ao formularmos qualquer contrato, princípios morais são sempre invocados.

Este trabalho é uma amostra de que as teorias econômicas não são completas sem que haja um profundo entendimento sobre a natureza dos agentes em suas esferas econômicas e sociais, assim como das instituições. Ele não se propõe, porém, abordar completamente o tema, dada a sua complexidade e importância acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, L.; MOORE, M. Deontological Ethics. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring 2015 Edition, 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/ethics-deontological/>>. Acesso em 20/05/2015.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BRINK, D. Mill's Moral and Political Philosophy, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Fall 2014 Edition, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/mill-moral-political/>>. Acesso em: 29/04/2015.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DARWIN, C. Introduction. In. _____. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1874. P. 1-4. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1874_Descent_F944.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

DARWIN, C. The Evidence of the Descent of Man from some Lower Form. In. _____. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1874. P. 5-25. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1874_Descent_F944.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

DARWIN, C. Comparison of the Mental Powers of Man and the Lower Animals – continued. In. _____. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1874. P. 97-127. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1874_Descent_F944.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

DARWIN, C. On the Development of the Intellectual and Moral Faculties During Primeval and Civilised Times. In. _____. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1874. P. 127-145. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1874_Descent_F944.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

DRIVER, J. The History of Utilitarianism, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Winter 2014 Edition, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/utilitarianism-history/>>. Acesso em: 29/04/2015.

HODGSON, G. M.; **From Pleasure Machines to Moral Communities – An evolutionary economics without homo economicus**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013. E-book.

SANDEL, M. O princípio da máxima felicidade/O utilitarismo. In. _____. **Justiça – o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 43-74.

SANDEL, M. O que importa é o motivo/Immanuel Kant. In. _____. **Justiça – o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 133-174.

SINGER, P. Ethics and Intuitions, **The Journal of Ethics**, v. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.utilitarian.net/singer/by/200510--.pdf>>. Acesso em: 05/04/2015.

SINGER, P. Is Act-Utilitarianism Self-Defeating?, **The Philosophical Review**, v. 81, n. 1, 1972. Disponível em: <<http://www.utilitarian.net/singer/by/197201--.pdf>>. Acesso em: 05/04/2015.

SINGER, P. Utilitarianism and Vegetarianism. **Philosophy and Public Affairs**, v. 9, n. 4, 1980. Disponível em: <<http://www.utilitarian.net/singer/by/1980----.pdf>>. Acesso em: 16/05/2015.

SINNOTT-ARMSTRONG, W. Consequentialism, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Spring 2014 Edition, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/consequentialism/>>. Acesso em: 29/04/2015.

WILSON, F. John Stuart Mill, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Spring 2014 Edition, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/mill/>>. Acesso em: 29/04/2015.